

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que publicamos mais um número da Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, com pesquisas científicas que perpassam diversos ramos do direito, nas áreas de constitucional, penal, civil e direitos humanos.

Nesse sentido, a nova edição da RJESMPSP é aberta com o artigo “A soberania estatal e a proteção aos direitos humanos no âmbito internacional”, no qual Eloisa De Souza Arruda, Monize Flávia Pompeo e Marcelo Carita Correia discutem a necessidade de ultrapassar as fronteiras nacionais para a efetiva tutela da dignidade da pessoa humana na ordem globalizada.

O estudo a “Aplicabilidade da audiência preliminar de conciliação nas ações populares e ações civis públicas” expõe a necessidade da adoção de métodos alternativos de conflitos. Também com vistas à efetividade da justiça, Mário Coimbra e Wellington Nunes Franco, em “A interpretação conforme a Constituição do artigo 112, inciso I do Código Penal”, enfrentam a polêmica do marco inicial da prescrição executória.

Em seguida, Clayton Gomes de Medeiros e Alessandra da Silva Fonseca, apresentam “Do problema da fome ao direito fundamental à alimentação: percurso histórico, consagração constitucional e regime jurídico”, uma pesquisa mais do que relevante no contexto atual de crise em todo o globo e conseqüente agudização das desigualdades sociais. Juliana Moyzés Nepomuceno Araujo e Pedro Henrique Demercian contribuem para os debates em torno da proteção das vítimas jovens com “O depoimento especial e a prevenção da revitimização”. Já “A decretação de indisponibilidade do bem de família na ação de improbidade e a possibilidade de sua penhora”, pesquisa de Reinaldo Pereira, Gilberto Barros e Maria Carolaine de Souza e Silva, aponta para os limites das punições sobre os direitos fundamentais.

Por fim, em “O mal do crime, o mal da pena: ressocialização ou vingança do estado?”, os direitos humanos são tratados tanto na perspectiva do infrator, quanto na perspectiva da vítima, recorrendo-se à Justiça Restaurativa, de modo a proporcionar uma solução mais satisfatória a todos os envolvidos.

Assim, ao lermos a Revista, é possível notar que tal pluralidade dos artigos se expressa não só nos seus temas, mas igualmente nos métodos de pesquisa adotados, epistemologias e até nas origens dos autores, de diversos estados deste país, movidos pelo combustível inesgotável do saber. A preocupação com a pluralidade também tem contribuído para a nossa qualificação científica junto ao Qualis Referência (CAPES), a qual estamos continuamente buscando preservar e aperfeiçoar.

Enfim, por meio desta publicação e de outras atividades que a Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo desenvolve cotidianamente, esperamos poder endossar a renovação das reflexões e práticas de operadores do direito, acadêmicos e demais interessados. Fomentar a ciência e o livre debate de ideias - as quais não expressam necessariamente a opinião da ESMP, destaque-se -, de forma séria e isenta, é parte do nosso compromisso com a democracia, o aperfeiçoamento da Justiça e a proteção dos valores sociais.

Agradecemos a todos os colaboradores desta edição – autores, pareceristas e equipe editorial – e desejamos uma boa leitura!

Paulo Sérgio de Oliveira e Costa

Diretor da Escola Superior do Ministério Público

Mylene Comploier

Editora Responsável